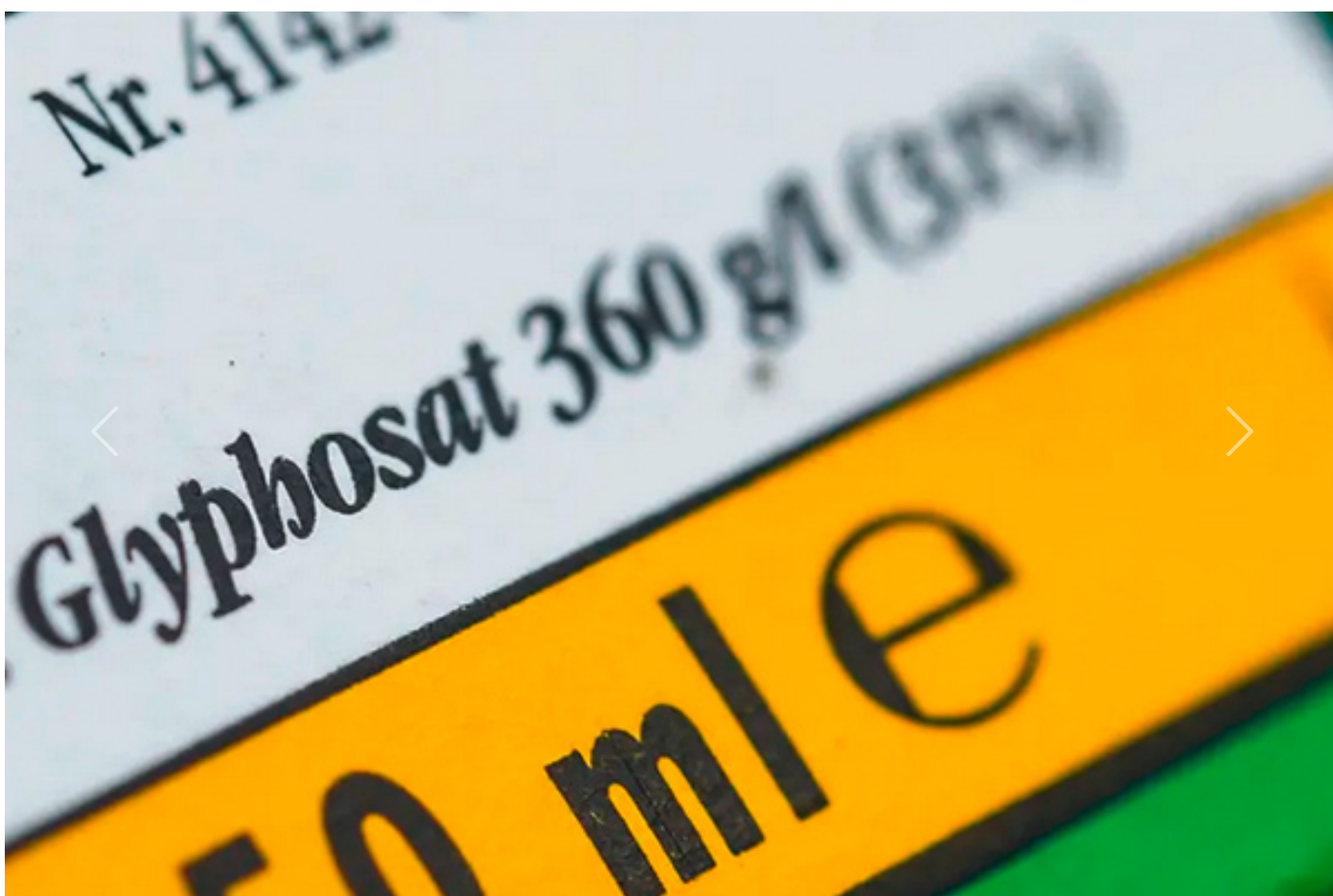


A Comissão Europeia prorrogou a autorização para o uso do glifosato pelos próximos 10 anos.

Автор(и): Растителна защита
Дата: 19.11.2023 Брой: 11/2023



Em 16 de novembro, durante uma votação no comitê de apelação, os Estados-Membros mais uma vez não conseguiram alcançar a maioria qualificada necessária para renovar ou rejeitar a aprovação do glifosato. A votação exigia uma maioria qualificada de 15 dos 27 países da UE para apoiar ou bloquear a proposta.

A situação de 13 de outubro repetiu-se e os países não conseguiram tomar uma decisão unânime sobre o destino da substância química controversa.

De acordo com a legislação da UE e na ausência da maioria necessária em qualquer direção, a Comissão foi obrigada a adotar uma decisão final antes de 15 de dezembro de 2023, quando expira o período da aprovação

atual. Com base em avaliações de segurança abrangentes realizadas pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) e pela Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA), a Comissão, juntamente com os Estados-Membros da UE, procedeu à renovação da aprovação do glifosato por um período de 10 anos, sob certas novas condições e restrições.

Novas condições e restrições

Essas restrições incluem a proibição de seu uso como dessecante antes da colheita e a necessidade de certas medidas para proteger organismos não-alvo. Além disso, os agricultores devem manter faixas de amortecimento com pelo menos cinco metros de largura.

Os aspectos que não foram definitivamente esclarecidos incluem riscos dietéticos para os consumidores e a avaliação de riscos para plantas aquáticas, de acordo com a instituição europeia.

As informações disponíveis também não permitem tirar conclusões claras sobre a conservação da biodiversidade, que é um tema fundamental na agricultura europeia.

Os Estados-Membros mantêm o direito de serem responsáveis pela emissão de autorizações nacionais para produtos fitofarmacêuticos (PPPs) contendo glifosato e poderão restringir seu uso a nível nacional e regional, se considerarem necessário com base nos resultados das avaliações de risco.



Vários estudos demonstraram que o pesticida glifosato tem efeitos cancerígenos

"A favor" e "contra"

De acordo com fontes diplomáticas, sete países, incluindo a França – a principal potência agrícola da UE – Alemanha e Itália, abstiveram-se, enquanto 17 votaram "a favor" e três foram "contra" (incluindo Luxemburgo, Áustria e Croácia).

O Ministro Federal da Agricultura da Alemanha, Cem Özdemir, expressou sua grande decepção com a decisão da Comissão e anunciou que pretende concentrar-se em possíveis medidas nacionais que restrinjam ou proíbam completamente, a partir do início de 2024, o uso do herbicida perigoso no território da Alemanha.

O grupo alemão Bayer, que adquiriu a Monsanto em 2018, é claro, saudou o anúncio da Comissão. "Esta nova autorização permite-nos continuar a fornecer aos agricultores da União Europeia uma tecnologia importante para o manejo integrado de ervas daninhas", comentou um porta-voz.

Na quarta-feira, o Ministro da Agricultura da França, Marc Fesneau, reiterou que uma proibição total do herbicida é "impossível" atualmente devido à falta de alternativas para os agricultores.

Para grandes organizações não-governamentais como a Foodwatch e a Générations futures, "esta posição é uma traição, que não surpreende, da promessa feita pelo Presidente da França, Emmanuel Macron, em 2017." Elas acreditam que a renovação da autorização "mais uma vez vai contra o princípio da precaução, enquanto as evidências do perigo do glifosato para humanos e o meio ambiente continuam a acumular-se".